

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS**

(Processo Administrativo nº 1.200/2024)

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de materiais e serviços para instalação de sistema de monitoramento eletrônico, sistemas de alarme e segurança para as diversas secretarias do município de Dois Vizinhos – PR nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote: 1 - AMPLA CONCORENCIA						
Item	Código do produto/ Serviço e Código BR	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
1	29830941	CAMERAS DE SEGURANÇA EXTERNA Características: tipo de resolução em HD alcance de 20 metros ip66 resistente a agua - aplicação externa tipo bullet resolução de 1 megapixel campo de visão de mínimo 96º com visão noturna infravermelho lente de 2,8mm Todas as descrições acima devem constar no datasheet ou manual de cada produto fornecido pelo fabricante.	180	UN	406,79	73.222,20
TOTAL						73.222,20
Lote: 2 - COTA RESERVADA ME-EPP						
Item	Código do produto/ Serviço e Código BR	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
1-2	29830941	CAMERAS DE SEGURANÇA EXTERNA Características: tipo de resolução em HD alcance de 20 metros ip66 resistente a agua - aplicação externa tipo bullet resolução de 1 megapixel campo de visão de mínimo 96º com visão noturna infravermelho lente de 2,8mm Todas as descrições acima devem constar no datasheet ou manual de cada produto fornecido pelo fabricante.	60	UN	406,79	24.407,40
TOTAL						24.407,40
Lote: 3 - EXCLUSIVO ME-EPP						
Item	Código do produto/	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total

	Serviço Código BR					
1-3	29830651	BATERIA ESTACIONARIA Tensão nominal 12 volts 7 amperes bateria deverá constar na etiqueta do produto descrito pelo fabricante que sua aplicação é para nobreak dimensões (cm):151 x 65 x 98 (comp. x larg. x alt.); peso mínimo: 2 kg. Garantia de 1 ano fornecida pelo fabricante. Todas as descrições acima devem constar no manual de cada produto fornecido pelo fabricante.	100	UN	150,00	15.000,00
2-4	29830956	CABO DE ALARME 100% COBRE Cabos rígidos com 0,50mm de espessura Cabo com 6 vias multicor	5.000	M	1,81	9.050,00
3-5	29830955	CABO DE ALARME 100% COBRE Cabos rígidos com 0,50mm de espessura. Cabo com 4 vias multicor Filamento sólido.	5.000	M	1,03	5.150,00
4-6	29832152	CABO UTP EXTERNO CAPA DUPLA CABO UTP EXTERNO CAPA DUPLA 8 vias par trançado cat5 e 100% cobre.	10.000	M	3,96	39.600,00
5-7	29832151	CABO UTP INTERNO CABO UTP INTERNO 8 vias par trançado cat5 100% cobre.	5.000	M	2,38	11.900,00
6-8	29830952	CAIXA PLASTICA BRANCA Caixa plástica para instalações elétricas, passagem e comando. Comprimento x Largura x Profundidade: 10 a 12 cm x 10 x 12 cm x 5 a 7 cm Suporte temperatura com variação mínima de -20 °C a 60 °C.	200	UN	16,94	3.388,00
7-9	29830949	CENTRAL DE ALARME 16 ZONAS Capacidade para conexão de até 4 teclados e 4 receptores; Programação remota via placa fax/modem; 2 saídas PGM programáveis; Protocolo de comunicação contactid; Comunicação por linha telefônica.	10	UN	647,33	6.473,30
8-10	29830948	CENTRAL DE ALARME 8 ZONAS Capacidade para conexão de até 4 teclados e 4 receptores; Programação remota via placa fax/modem; 2 saídas PGM programáveis; Protocolo de Comunicação Contact Id; Comunicação Por Linha Telefônica.	10	UN	630,00	6.300,00
9-11	29830951	CONECTORES P4 MACHO Interface : P4, Material : Cobre	300	UN	4,43	1.329,00
10-12	29830650	FONTE AUXILIAR 12VOLTS carregador de bateria (microprocessado). - controle total de tensão, potência e corrente. - indicações por leds: vermelho # status de erro; verde # carga para bateria.	50	UN	228,07	11.403,50

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- proteção ativa de saída digital: com micro controlador.- proteção passiva de entrada e saída: com fusíveis rearmáveis.</li> <li>- proteção contra sobrecarga imediata: curto-circuito na saída.</li> <li>- proteção contra superaquecimento: temperatura máxima de 60°C.</li> <li>- proteção contra sobrecarga temporizada: bateria defeituosa.</li> <li>- entrada de energia bivolt : 100 a 240vca.</li> <li>- corrente de saída: 2a.</li> <li>- tensão de saída: 13,8 vcc.</li> </ul> <p>Todas as descrições acima devem constar no datasheet ou manual de cada produto fornecido pelo fabricante.</p>				
11-13	29832146	<p>GRAVADOR DIGITAL DE IMAGENS DE 8 CANAIS COM HD DE 2 TERABYTE 8 saída de câmeras via a cabo coaxial expansível mais 2 canais IP gravação com resolução 1080 megapixel compatível com tecnologias HDCVI/HDTVI/AHD/IP/analógica que permita entrada de áudio no canal 1 modo de gravação contínua ou por movimento backup das imagens com app para visualização em smartphone e compatível com software da empresa contratada para monitoramento do sistema de alarme. Conexão com internet por cabo rj45 acesso as imagens por app por nuvem.</p> <p>Todas as descrições acima devem constar no datasheet ou manual de cada produto fornecido pelo fabricante.</p>	25	UN	1.326,67	33.166,75
12-14	29832147	<p>HD 3 TERABYTE Interface sata 5400 rpm cache de 64 mb capacidade de armazenamento de 3 terabyte garantia de 3 anos fornecida pelo fabricante.</p> <p>Todas as descrições acima devem constar no datasheet ou manual de cada produto fornecido pelo fabricante.</p>	5	UN	705,48	3.527,40
13-15	29830939	<p>KIT CENTRAL DE ALARME Central de alarme 8 setores com expansores até 24 setores incluso. Tecnologia disponível para comunicação via rádio ou linha telefônica. Com carregador de bateria incluso buffer de eventos de até 256 eventos alimentação 12 volts corrente de saída de sirene todas as descrições acima devem constar no datasheet ou manual de cada produto fornecido pelo fabricante.</p>	25	UN	856,61	21.415,25

14-16	29830940	KIT CENTRAL DE ALARME COM TECLADO Central de alarme 8 setores com expansores até 64 setores incluso. Tecnologia disponível para comunicação via rádio ou linha telefônica, com carregador de bateria incluso buffer de eventos de até 256 eventos alimentação 12 volts corrente de saída de sirene. Todas as descrições acima devem constar no datasheet ou manual de cada produto fornecido pelo fabricante.	5	UN	1.185,00	5.925,00
15-17	29830943	NOBREAK COM BATERIA Características: potência de pico de 1000va entrada de energia bivolt 110/220volts tensão nominal de saída de 12 volts forma de onda no modo bateria senoidal 6 tomadas de saída de energia com proteção de tensão de energia. Todas as descrições acima devem constar no datasheet ou manual de cada produto fornecido pelo fabricante.	20	UN	1.275,85	25.517,00
16-18	29832148	PARES DE CONVERSOR VIDEO BALUN Recebe e transmite um sinal de vídeo através de um par de fios; Distância de transmissão: 400m HD-CVI/AHD e 200M HD-TVI.; Formato de vídeo: NTSC, PAL, CCIR, SECAM Tipos de cabos compatíveis: cabos tipo manga.; UTP Cat.5, 5e ou CAT6.; Conectores: BNC Macho e "Press-fit" blocos de terminais.	300	PAR	45,10	13.530,00
17-19	29830653	SENSOR ATIVO/TIPO BARREIRA Número mínimo de 4 feixes alcance de até 100 metros com chave tamper de antiviolação com filtro solar para ambientes externos alimentação 12 volts com saída de alarme na/nf com dimensões mínimas do sensor (l x a x p) cm 3,7 x 72,5 x 4,8 com proteção ip65. Todas as descrições acima devem constar no datasheet ou manual de cada produto fornecido pelo fabricante.	50	UN	474,34	23.717,00
18-20	29830649	SENSORES PET IMUNE A NO MINIMO 20 KG Alcance de detecção de 12 metros proteção eletromagnética com tecnologia Scheild instalação com fio ângulo de detecção de 90° chave tamper de proteção antiviolação com compensação de temperatura tensão operacional de 9 a 16 volts consumo igual ou menor que 14a dimensões acima (l x a x p) mm - 57 x 145 x 65 mm.	200	UN	70,16	14.032,00
19-21	29831417	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO SIRENE PIOZELETRICA TIPO CORNETA Serviço deverá	100	UN	67,61	6.761,00

		contar com mão de obra, deslocamento, ferramentas, equipamentos de proteção individual e demais encargos sob responsabilidade da ganhadora.				
20-22	29831416	SERVIÇO INSTALAÇÃO BATERIA ESTACIONARIA Serviço deverá contar com mão de obra, deslocamento, ferramentas, equipamentos de proteção individual e demais encargos sob responsabilidade da ganhadora.	100	UN	65,14	6.514,00
21-23	29831421	SERVIÇO INSTALAÇÃO CAMERAS DE SEGURANÇA EXTERNA Serviço deverá contar com mão de obra, deslocamento, ferramentas, equipamentos de proteção individual e demais encargos sob responsabilidade da ganhadora.	200	UN	118,67	23.734,00
22-24	29831428	SERVIÇO INSTALAÇÃO CENTRAL DE ALARME 16 ZONAS Serviço deverá contar com mão de obra, deslocamento, ferramentas, equipamentos de proteção individual e demais encargos sob responsabilidade da ganhadora.	10	UN	140,52	1.405,20
23-25	29831427	SERVIÇO INSTALAÇÃO CENTRAL DE ALARME 8 ZONAS Serviço deverá contar com mão de obra, deslocamento, ferramentas, equipamentos de proteção individual e demais encargos sob responsabilidade da ganhadora.	10	UN	124,86	1.248,60
24-26	29831415	SERVIÇO INSTALAÇÃO FONTE AUXILIAR 12VOLTS Serviço deverá contar com mão de obra, deslocamento, ferramentas, equipamentos de proteção individual e demais encargos sob responsabilidade da ganhadora.	30	UN	57,47	1.724,10
25-27	29831422	SERVIÇO INSTALAÇÃO GRAVADOR DIGITAL DE IMAGENS DE 8 CANAIS COM HD 2TB Serviço deverá contar com mão de obra, deslocamento, ferramentas, equipamentos de proteção individual e demais encargos sob responsabilidade da ganhadora.	15	UN	95,75	1.436,25
26-28	29831419	SERVIÇO INSTALAÇÃO KIT CENTRAL DE ALARME Serviço deverá contar com mão de obra, deslocamento, ferramentas, equipamentos de proteção individual e demais encargos sob responsabilidade da ganhadora.	25	UN	121,08	3.027,00
27-29	29831420	SERVIÇO INSTALAÇÃO KIT CENTRAL DE ALARME COM TECLADO Serviço deverá contar com mão de obra, deslocamento, ferramentas, equipamentos de proteção individual e demais encargos sob responsabilidade da ganhadora.	5	UN	87,51	437,55

28-30	29831423	SERVIÇO INSTALAÇÃO NOBREAK COM BATERIA Serviço deverá contar com mão de obra, deslocamento, ferramentas, equipamentos de proteção individual e demais encargos sob responsabilidade da ganhadora.	18	UN	123,33	2.219,94
29-31	29831418	SERVIÇO INSTALAÇÃO SENSOR ATIVO/TIPO BARREIRA Serviço deverá contar com mão de obra, deslocamento, ferramentas, equipamentos de proteção individual e demais encargos sob responsabilidade da ganhadora.	100	UN	144,00	14.400,00
30-32	29831414	SERVIÇO INSTALAÇÃO SENSORES PET IMUNE A NO MINIMO 20 KG Serviço deverá contar com mão de obra, deslocamento, ferramentas, equipamentos de proteção individual e demais encargos sob responsabilidade da ganhadora.	200	UN	71,81	14.362,00
31-33	29831424	SERVIÇO INSTALAÇÃO TECLADO LCD COMPATIVELIS COM CENTRAIS INTELBRAS Serviço deverá contar com mão de obra, deslocamento, ferramentas, equipamentos de proteção individual e demais encargos sob responsabilidade da ganhadora.	10	UN	69,30	693,00
32-34	29831425	SERVIÇO INSTALAÇÃO TECLADO LED DE 10 ZONAS K10 H Serviço deverá contar com mão de obra, deslocamento, ferramentas, equipamentos de proteção individual e demais encargos sob responsabilidade da ganhadora.	10	UN	69,30	693,00
33-35	29831426	SERVIÇO INSTALAÇÃO TECLADO LED DE 32 ZONAS LED Serviço deverá contar com mão de obra, deslocamento, ferramentas, equipamentos de proteção individual e demais encargos sob responsabilidade da ganhadora.	10	UN	69,30	693,00
34-36	29830652	SIRENE PIOZELETRICA TIPO CORNETA Potência de 120 dcb alimentação 12 volts todas as descrições acima devem constar no datasheet ou manual de cada produto fornecido pelo fabricante.	50	UN	47,71	2.385,50
35-37	29830945	TECLADO LCD COMPATIVELIS COM CENTRAIS INTELBRAS Visualização de problemas Comunicação por barramento; Visualização de data e hora Simplifica a programação da central de alarme; Visualização de mensagem de texto; Visualização do nível de bateria da central; Visualização das zonas Sinalização do status das partições; Função pânico, emergência médica e incêndio; Proteção contra violação (tamper); Sinalização sonora durante operação; Tampa para	10	UN	294,46	2.944,60

		proteção contra acionamento acidental das teclas; Teclado multifunção para operação, supervisão de eventos.				
36-38	29830946	TECLADO LED DE 10 ZONAS K10 H Compatível com MG5000, MG5050 e série Spectra SP - Suporta modo StayD - Mostra 10 zonas LED - LEDs de Arme, Dormir, Parcial e desligado por partição - Luzes das teclas patenteada (botões acendem para indicar abertura zona) - 1 entrada de zona no teclado - Aviso de zona configurado individualmente - 7 botões de ação "um toque" - 3 alarmes de pânico no teclado - Luz de fundo Ajustável - Conectado a linha BUS 4 fios	15	UN	703,43	10.551,45
37-39	29830947	TECLADO LED DE 32 ZONAS LED Compatível com centrais MG5000, MG5050 e Spectra SP. Suporta modo StayD. Display de LED de 32 zonas. LEDs de níveis Armado, Dormir, Ficar e Desarmado separados por partição.	10	UN	988,74	9.887,40
<b>TOTAL</b>						<b>355.541,79</b>

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O prazo de vigência da contratação é de doze meses contados da publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Município possui atualmente dezenas de locais onde funcionam as diversas secretarias, departamentos, centros de atendimento ao público, além de centros de ensino e de saúde. Estes locais possuem sistemas de monitoramento de alarmes e câmeras instaladas, visando garantir a segurança do patrimônio público e também das pessoas que trabalham ou frequentam estes espaços. O Município tem a obrigação de garantir que o sistema de alarmes e monitoramento estejam operando de forma confiável, evitando interrupções e garantindo a qualidade do serviço oferecido. Para isso, frequentemente necessitamos substituir componentes diversos deste sistema, o que requer o fornecimento de peças de substituição bem como mão de obra qualificada para realização dos serviços.

2.2. A Contratação não foi prevista no PAC 2024, entretanto já está provisionada para composição do Plano de Contratações Anual de 2025.

I) ID PCA no PNCP: 762056400001082025

II) Data de publicação no PNCP: 17/06/2024

- III) Id do item no PCA: item 476 a 508
- IV) Classe/Grupo: 6350,6130,5963,5836,6110,7030,5975,7080,6145,7090,546
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-94/2025

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. Temos clara a necessidade de garantir que os sistemas de alarme e monitoramento estejam operando de forma confiável, evitando interrupções e garantindo a qualidade do serviço oferecido. Para isto, conclui-se que a contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de peças e prestação deste tipo de serviço sob demanda é a melhor forma de suprir esta necessidade de forma eficaz e com bom aproveitamento dos recursos públicos.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente;

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Na presente contratação não serão indicadas marcas ou modelos.

#### **Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

4.3. Não haverá vedação de marcas ou produtos

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.4. Não haverá exigência de carta de solidariedade.

#### **Subcontratação**

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Vistoria (para serviços)**

4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é opcional para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, durante o horário de expediente da Administração Municipal.

4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.9. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

1.1.1 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.10. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

1.1.2 Os materiais serão solicitados conforme a demanda e necessidade do município. O prazo para entrega dos itens é de 20 dias, contados do recebimento da nota de empenho

1.1.3 Os serviços serão solicitados conforme demanda do município e após a chegada dos materiais.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Prazo e local de entrega dos Materiais (LOTE 01): O objeto desta licitação, deverá ser entregue na Prefeitura Municipal, aos cuidados do Departamento de Compras, no endereço Avenida Rio Grande do Sul, nº 130, centro, Dois Vizinhos/PR, no prazo de até 20 (vinte) dias após o recebimento da nota de Empenho, sem qualquer ônus de entrega nos dias úteis, das (8:00 as 12:00) horas e das (13:30 as 17:00) horas.

5.3. Prazo e local de execução dos serviços (LOTE 02): Tendo em vista a segurança dos bens imóveis bem como do mobiliário, equipamentos e demais itens componentes do patrimônio do Município, o prazo para execução dos serviços de substituição e instalação será de no máximo 4 (quatro) horas úteis a contar do momento da solicitação (Considera-se como hora útil, para efeito da contagem deste prazo, o horário de expediente da Administração Municipal, conforme estabelecido em Decreto.

5.4. Dos serviços (LOTE 02): Os serviços consistirão na instalação e/ou substituição de componentes do sistema de monitoramento, alarmes, e sistemas de segurança em todos os prédios públicos municipais, inclusive os localizados na zona rural do Município.

5.5. Nota Explicativa:

5.5.1. As unidades de ensino do interior do Município (4 unidades) são:

5.5.2. Escola Municipal Nossa Senhora da Salete, localizada na comunidade de São Francisco do Bandeira (distante da Prefeitura 25 km),

5.5.3. Escola Municipal Plínio Salgado, localizado na Linha Conrado (distante da Prefeitura 10 km),

5.5.4. Escola Municipal José Bonifácio, localizada na Linha Empossado (distante da Prefeitura 12 km),

5.5.5 Escola Municipal Presidente Juscelino Kubistchek, localizado na comunidade de Santa Lucia (distante da Prefeitura 18 km).

\*As unidades de saúde do interior do Município (5 unidades) são:

PSF São Francisco do Bandeira (distante da Prefeitura 25 km),

PSF Santa Lucia (distante da Prefeitura 18 km),

PSF Vila Canarinho (distante da Prefeitura 7 km),

PSF Verdes Campos (distante da Prefeitura 1,7 km),

PSF Linha Conrado (distante da Prefeitura 10 km).

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.6. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.7. A quantidade a ser requisitada de cada item é sob demanda, ou seja, conforme a necessidade de substituição das mesmas, nos órgãos públicos.

#### **Especificação da garantia do serviço**

5.8. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### **Gestor do Contrato**

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

- 7.1.1. não produziu os resultados acordados,
- 7.1.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

#### **Do recebimento**

- 7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.3. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.7. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.
- 7.8. Ao final de cada período/evento de faturamento:
  - 7.8.1 O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (Dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- 7.15.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.15.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 7.15.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.15.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.15.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

- 7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.20. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
- 7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- I) o prazo de validade;
  - II) a data da emissão;
  - III) os dados do contrato e do órgão contratante;
  - IV) o período respectivo de execução do contrato;
  - V) o valor a pagar; e
  - VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- 7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de

acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.24.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.24.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.31. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.33.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.34. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Antecipação de pagamento**

7.35. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento **parcial ou total**.

#### **Reajuste**

7.36. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 5/2/225.

7.37. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.38. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.39. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.40. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.41. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.42. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.43. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de crédito**

7.44. Não é admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.45. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.48. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.49. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - 8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - 8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
  - 8.2.4. Multa:
    - 8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.
    - 8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
      - 8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
    - 8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.
    - 8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
    - 8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
    - 8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
    - 8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.2.5. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.2.6. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.2.7. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.2.8. as peculiaridades do caso concreto;

8.2.9. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.2.10. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.2.11. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

### **Regime de Execução**

9.2. O fornecimento dos materiais será feito sob demanda, de forma parcelada

### **Exigências de habilitação**

9.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- 9.23.1. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 9.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### **Qualificação Técnica**

- 9.28. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.29. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:
- 9.29.1.1. Para o Lote 001: FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO;
- 9.29.1.2. Para o Lote 002: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO;
- 9.29.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.29.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.29.4 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.30. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.31. Atestado de Capacidade Técnica que comprove a execução de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação.

9.30.1 O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.31. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.32. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.33. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Documentação complementar para cooperativas**

9.38. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.38.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.38.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.38.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.38.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.38.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.38.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.38.6.1. ata de fundação;

9.38.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.38.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.38.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.38.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.38.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.38.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 453.171,39 (quatrocentos e cinquenta e três mil, cento e setenta e um reais e trinta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Órgão: 06 Secretaria de Administração e Finanças

II) Unidade: 001 Departamento de Administração

III) Projeto ou Programa: 04.122.0003.2025 Atividades dos Setores Internos da Administração

IV) Conta de despesa: 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo

V) Fonte de Recurso: 01800 e 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)

VI) Gestão/unidade: 06 Secretaria de Administração e Finanças

VII) Fonte de recursos: 001 Departamento de Administração

VIII) Programa de trabalho: 04.122.0003.2025 Atividades dos setores internos da Administração

IX) Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica

X) Fonte de Recurso: 01890 e 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Dois vizinhos, 5 de fevereiro de 2025

---

Rudinei Curzel  
Matrícula 18.321-1  
Agente Administrativo

**ANEXO II**  
**TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)